

Notícias Sindicais, 03/06/14

Diap, 03/06/14

Câmara e Senado realizam esforço concentrado esta semana

Entre os dias 2 a 6 de junho, as duas casas legislativas farão esforço concentrado para agilizar a votação de várias matérias antes do início da Copa do Mundo.

Haverá sessões deliberativas de segunda a sexta-feira. No Senado, os destaques devem ser a chamada Lei da Palmada, o projeto que altera a Lei do Descanso dos caminhoneiros e a reforma do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Já na Câmara, a semana de esforço concentrado inclui cerca de 40 propostas na pauta. A votação dos destaques ao Plano Nacional de Educação (PNE), as mudanças no Supersimples, o orçamento impositivo de emendas parlamentares, a renegociação de dívidas de clubes, a redução da jornada de enfermeiros e a proibição do uso de animais em testes de cosméticos são alguns dos temas com expectativa de deliberação esta semana.

A semana deverá ser bastante agitada nas duas casas. Na última sexta-feira (30), a divulgação da pauta preliminar da Câmara para o esforço concentrado causou alvoroço entre as carreiras públicas porque constava na agenda a PEC 555/06, que acaba com a contribuição previdenciária sobre as aposentadorias e pensões de servidores públicos. Mais tarde, com a divulgação de nova pauta (atualizada), a PEC 555 já não mais integrava a agenda do plenário.

As entidades sindicais e associativas de servidores públicos vão fazer plantão na Câmara para pressionar o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e os líderes partidários a incluírem a PEC 555 na ordem do dia.

Câmara: PNE

A pauta da Câmara desta semana reúne uma série de temas relevantes. Um dos itens é o Plano Nacional de Educação. Uma das discussões é a permissão que os 10% do PIB também sejam aplicados no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Programa Ciência sem Fronteiras, o que beneficiaria direta e indiretamente instituições privadas. Outro item que consta da pauta da Câmara é o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 10 de 2011, que suspende o ato da Aneel que negou o ressarcimento de R\$ 7 bilhões pagos indevidamente pelos brasileiros nas contas de energia elétrica, entre 2002 e 2009.

Câmara: salário mínimo

Também consta da pauta projeto de lei que trata da política de valorização de longo prazo do salário mínimo. Pelo projeto, o reajuste do mínimo, a partir de 2015, passa a ser pelo INPC, mais a variação do PIB per capita de dois anos antes. A correção, segundo emenda apresentada e aprovada ao projeto, será aplicada a todos os benefícios da Previdência Social. Outro item é o projeto de lei complementar, já aprovado pelo Senado, que trata da criação, da incorporação, da fusão e do desmembramento de municípios. Também merece destaque Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a contribuição de inativos. De acordo com estudo do Sindicato dos Fiscais da Fazenda (Sindifisco), o impacto para o governo federal seria de R\$ 1,3 bilhão. Quando considerados estados e municípios na conta, o impacto sobe para R\$ 5 bilhões. Porém, com o escalonamento proposto na PEC 555/06 (o projeto acaba, de forma gradativa, com a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas), esse saldo cairia para, aproximadamente, R\$ 4 bilhões.

Copom

O Banco Central divulga, na quinta-feira (5), a ata da última reunião do Copom, quando o colegiado decidiu manter em 11% a taxa básica de juros (Selic). A próxima reunião do Copom está marcada para os dias 15 e 16 de julho.

CPMI da Petrobras

Nesta segunda-feira (2), às 17h, o deputado Marco Maia (PT-RS), relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras, deve apresentar seu plano de trabalho. A votação do roteiro do colegiado está prevista para ocorrer na terça-feira (3).

Os 32 integrantes da CPI mista também devem decidir como se dará o exame dos 551 requerimentos já apresentados na comissão, entre eles, o que pede a convocação do doleiro Alberto Youssef, preso desde março sob acusação de comandar um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Instalada semana passada, a comissão terá como presidente o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

LGBT

As comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Legislação Participativa, de Seguridade Social e Família da Câmara; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realizam

nesta terça-feira (3) o 11º Seminário LGBT do Congresso Nacional "Aids: Formas de saber / Formas de adoecer".

O evento será no plenário 9 da Câmara, a partir das 9h.

CPI da Petrobras

A CPI da Petrobras no Senado ouvirá nesta terça-feira (3), às 10h15, o ex-gerente-executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da estatal, Luis Carlos Moreira da Silva. De acordo com o requerimento de convocação, foi ele quem assinou, em 2006, o documento interno para a Diretoria Executiva da empresa aprovar a compra de metade da refinaria de Pasadena, nos EUA.

Também na terça-feira, o colegiado recebe Pedro Aramis de Lima Arruda que, segundo o requerimento de convocação, é diretor de Segurança Empresarial da Petrobras. Ele foi chamado para esclarecer a denúncia de pagamento de propina a funcionários da estatal pela empresa holandesa SMB Offshore.

Jornada de Trabalho

Nesta quarta-feira (4), às 14h, a Campanha para a Redução da Jornada de Trabalho realiza evento que terá a participação de centrais sindicais e do Ministério Público do Trabalho.

O ato será no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Trabalho escravo

Nesta quinta-feira (5), às 12h, ocorrerá sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional 81 (PEC do Trabalho Escravo).

Sisu

Começam nesta segunda-feira (2) as inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pela internet. Os candidatos devem ficar atentos aos prazos. Este ano, eles terão apenas três dias para se inscrever, até quarta-feira (4). Para participar, é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado e não ter zerado a redação.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino. O número de vagas nesta edição cresceu 29% em comparação ao mesmo período do ano anterior, chegando a 51.412 em 67 instituições. O número de cursos também teve aumento, passando de 1.179, em junho de 2013, para 1.447 em 2014.

O resultado da primeira chamada do Sisu será divulgado no dia 6 deste mês e as matrículas ocorrerão entre os dias 9 e 13. A segunda chamada está prevista para o dia 24, com matrículas entre 27 de junho e 2 de julho.

Eleições 2014

Pré-candidato do PSDB à Presidência da República, senador Aécio Neves (MG), é o convidado do programa Roda Viva desta segunda-feira (2).

Nova pesquisa eleitoral

O instituto Datafolha registrou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na última sexta-feira (30), pesquisa intenção de voto para presidente da República e avaliação do governo. A sondagem, contratada pela Folha de S.Paulo vai ser feita com 4.340 eleitores entre terça (3) e sexta-feira (6). Conforme a lei eleitoral, a pesquisa pode ser divulgada a partir desta sexta-feira.

PP na TV

O PP veicula seu programa em rádio e TV, em cadeia nacional, nesta quinta-feira (5).

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Segunda-feira (2)

- Publicação da regulamentação da Lei Antifumo. Novas regras proíbem fumo em locais fechados e de uso coletivo em todo território nacional, extingue os fumódromos e veta toda e qualquer propaganda comercial. A lei entrará em vigor em seis meses, ou seja, a partir de dezembro próximo.

- Presidente Dilma Rousseff recebe, às 15h30, o presidente da Fifa, Joseph Blatter, para apresentação oficial da Taça da Copa do Mundo de Futebol.

- Senado pode votar projetos que reformam o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- Câmara dos Deputados continua a votação do Plano Nacional de Educação a partir das 18h.

- Ministério do Desenvolvimento divulga o saldo da balança comercial em maio.

- Pré-candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves (MG), participa do programa de entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura, a partir das 22h.

- Procurador-geral do Banco Central, Isaac Sidney Ferreira, faz palestra em evento da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal.

- Diretor de Assuntos Internacionais e de Regulação do Banco Central, Luiz Awazu Pereira, participa de eventos do Federal Reserve, do Financial Stability Board (FSB) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), até quarta-feira, em Washington, Estados Unidos.

- Presidenciais Eduardo Campos (PSB) e Aécio Neves (PSDB) devem participar da cerimônia de entrega do 5º Prêmio Top Etanol, no Grand Hyatt, em São Paulo.

- Sessão solene, às 10h, no Plenário Ulysses Guimarães, fará homenagem à Polícia Militar do Distrito Federal.

- Cerimônia de abertura, às 8h, da Semana do Meio Ambiente no Senado, com apresentação da campanha de conscientização para a correta destinação do lixo eletrônico. Até o dia 30 de junho, o programa Senado Verde realizará campanha para orientar servidores e visitantes sobre a necessidade de destinação correta do lixo eletrônico.

- Comissão de Direitos Humanos do Senado realiza audiência pública interativa para instruir a Sugestão 8/14, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha, e para avaliar a experiência internacional com a regulamentação da droga, em especial a do Uruguai. Na sala 7 da Ala Alexandre Costa, às 9h.

- Apresentação do plano de trabalho pelo relator, deputado Marco Maia (PT-RS), da CPMI da Petrobras. No plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado, às 17h.

Terça-feira (3)

- Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pode votar projeto de lei complementar que reduz da unanimidade para três quintos o quórum de deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com o objetivo de legalizar incentivos fiscais que não tiveram aprovação unânime do órgão.

- CPI da Petrobras no Senado ouve, às 10h15, o ex-gerente-executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da estatal, Luis Carlos Moreira da Silva. A CPI também ouve Pedro Aramis de Lima Arruda, diretor de Segurança Empresarial da Petrobras, sobre denúncia de pagamento de propina a funcionários da estatal pela empresa holandesa SMB Offshore.

- Comissão especial sobre redução dos impostos sobre os medicamentos ouve o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente Conselho Nacional de Política Fazendária, Dyogo Henrique de Oliveira, entre outros.

- Datafolha inicia coleta de dados para pesquisa de intenção de votos para presidente da República.

- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga indicadores industriais de junho.

- Sessão solene, às 9h30, no Plenário Ulysses Guimarães, para homenagear os 15 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

- Sessão Solene do Congresso, às 12h, no Plenário Ulysses Guimarães, vai comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Organização das Nações Unidas.

- Comissões de Legislação Participativa; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara promovem o 6º Seminário Nacional Guardas Municipais e Segurança Pública. No Auditório Nereu Ramos, a partir das 10h.

- Comissão do Esporte da Câmara realiza audiência pública para debater sobre os problemas relacionados com a infraestrutura para treinamento dos atletas olímpicos e as condições destes para acessar os locais de preparação. Em local a definir a partir das 14h.

- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara faz audiência pública sobre a atual situação dos policiais e bombeiros militares e as políticas públicas; e Direito de greve para os policiais. No plenário 6 da Casa, às 14h.

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara faz audiência pública para debater sobre a revogação do Brasil à subscrição da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. O ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, é um dos convidados. No plenário 6 da Casa, às 14h30.

- Comissão de Educação da Câmara realiza audiência pública para debater sobre a proposta de uma base nacional comum para o Ensino Básico do Brasil. No plenário 10 da Casa, às 14h30.

- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara faz audiência pública para prestar esclarecimentos sobre a reintegração dos anistiados ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Foram convidados a ministra do STF, Cármen Lúcia Antunes Rocha; o secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público, Sérgio Mendonça; e a secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Ana Lúcia Amorim de Brito; entre outros. Em local a definir, às 14h30.

- Comissão Externa de Combate ao Racismo no Brasil promove a audiência pública com os seguintes convidados o vice-presidente da Federação Gaúcha de Futebol, Nilo Job; o diretor Jurídico da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, Giulliano Bozzano; o presidente da CBF, José Maria Marin; e o presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo Del Nero. Em local a definir, a partir de 14h30.

- Comissão de Turismo da Câmara promove audiência pública com o presidente do Instituto Brasileiro de Turismo, Vicente José de Lima Neto, sobre os Planos e Programas da Embratur. No plenário 5, às 15h.

- Comitê de Gestão Socioambiental realiza, às 15h, cerimônia de abertura da Semana do Meio Ambiente, distribuição de mudas e assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Adasa. Será no Hall da Taquigrafia.

- Bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT) faz ato conjunto da campanha pela educação. No Hall da Taquigrafia, às 16h45.

- Instalação da comissão temporária que irá estudar as alterações feitas pela Câmara dos Deputados ao projeto que reforma o Código de Processo Civil. Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicados o relator geral e os relatores parciais. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 9h.

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado promove audiência pública para discutir advocacia pública como instrumento de segurança jurídica. Participam: o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams; o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer; e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, entre outros convidados. Na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, às 9h.

- CPI da Petrobras ouve, às 10h15, o gerente-executivo Internacional da Petrobras, Luis Carlos Moreira da Silva e o diretor de Segurança Empresarial, Pedro Aramis de Lima Arruda.

- Sessão solene do Congresso Nacional, às 12h, vai comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Organização das Nações Unidas.

- Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promoverá audiência pública para debater sobre as emissões de gases por geração de energia. O debate começa às 14h30, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

- Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado fará audiência pública para subsidiar as atividades do grupo de trabalho sobre política tributária e sustentabilidade. A reunião será às 14h30, com representantes de órgãos governamentais, associações, ONGs e empresas. Na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

- IBGE apresenta Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua referente ao 1º trimestre.

Quarta-feira (4)

- Câmara dos Deputados pode votar diversos projetos, entre eles: Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 10 de 2011, que suspende o ato da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que negou o ressarcimento de R\$ 7 bilhões pagos indevidamente pelos brasileiros nas contas de energia elétrica, entre 2002 e 2009; fim da contribuição de inativos; projeto que torna permanente a política de reajuste do salário mínimo.

- Comissão Especial que discute a PEC 406/09 (Fundo de Participação dos Municípios – FPM) pode votar o parecer do relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE).

- Comissão Mista que discute a MP 641/14, que altera a Lei de Comercialização da Energia Elétrica (10.848/04), a fim de aperfeiçoar a contratação do serviço público de distribuição de energia elétrica, após uma década de vigência do novo sistema do setor, pode votar o parecer do relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

- Frente Parlamentar Ambientalista faz café da manhã e debate sobre o PL 6.969/13, que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (Pncmar). Na lanchonete do anexo 4 da Câmara, às 8h.

- Frente Parlamentar Mista da Educação realiza café da manhã, às 8h30, no restaurante do 10º andar.

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara promove Seminário sobre mudanças climáticas e os impactos nas cidades, no plenário 2, às 9h.

- Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas, às 9h, no Hall da Taquigrafia.

- Associação Nacional das Mulheres Policiais faz entrega de medalhas e homenagens aos líderes partidários e parlamentares que contribuíram para a aprovação do PLP 275/01, que concede aposentadoria especial à mulher com 25 anos de contribuição que tenha exercido cargo de natureza estritamente policial por, pelo menos, 15 anos. No Auditório Nereu Ramos, às 9h.

- Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara faz audiência pública com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de trabalho assinados entre os médicos cubanos e o governo de Cuba; apresentação das diretrizes e programas prioritários da pasta; e iniciativas do ministério para combate à aids entre jovens. No plenário 7 da Casa, às 9h30.

- Sessão solene, às 10h, no Plenário Ulysses Guimarães, fará homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

- Comissão do Esporte da Câmara coordena mesa-redonda com o ministro da Educação, José Henrique Paim, para debater a presença do esporte na educação. Na secretaria da comissão, às 10h.

- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara faz audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, para esclarecer sobre o andamento das obras de transposição do rio São Francisco. No plenário 9 da Casa, às 11h.

- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara promove audiência pública para fazer um balanço dos dez anos da participação do Brasil na Missão de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti (Minustah). No plenário 3 da Casa, às 11h.

- Discussão e votação do relatório final da deputada Liliam Sá (Pros-RJ) na CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No plenário 14 da Casa, às 11h.

- Comissão do Esporte da Câmara promove encontro com o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, para tratar de temas relacionados às Olimpíadas de 2016. Na secretaria da comissão, às 12h.

- Sessão solene, às 12h, no Plenário Ulysses Guimarães, faz homenagem aos 60 anos de criação da Universidade Federal do Espírito Santo.

- Sessão solene do Congresso, às 12h, promulgará a Emenda Constitucional 80, que fixa prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos (PEC das Defensorias). No plenário do Senado.

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara realiza seminário sobre mudanças climáticas e os impactos nas cidades. No plenário 1 da Casa, às 14h15.

- Comissões de Direitos Humanos e Minorias da Câmara; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado promovem o seminário Caminhos para a Paz. No plenário 9 da Casa, às 14h30.

- Comissão de Legislação Participativa da Câmara faz debate sobre o álcool para adolescentes na sociedade brasileira. No plenário 3 da Casa, às 14h30.

- Comissão de Turismo da Câmara promove audiência pública com o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, para debater os planos e programas para 2014. No plenário 5 da Casa, às 15h.

- Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos promove ato político de compromisso dos parlamentares com a Agenda do Movimento Social. No Hall da Taquigrafia da Câmara, às 15h.

- Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado realizam audiência conjunta para debater o risco de racionamento de água em grandes cidades do país e a busca por medidas para evitá-lo. A audiência está marcada para 7h30 na sala 13 da Ala senador Alexandre Costa.

- Para tratar das condições de assistência dos hospitais federais do país, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado realiza audiência pública com representantes do Conselho Federal de Medicina, da Federação Nacional dos Médicos, da Associação Médica Brasileira; do Ministério Público do Trabalho e do Ministério da Saúde. Na sala 9 da Ala senador Alexandre Costa.

- Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado fará outra audiência pública para subsidiar as atividades do grupo de trabalho sobre política tributária e sustentabilidade. A reunião será às 14h30, com representantes de órgãos governamentais, associações, ONGs e empresas. No plenário 19 da Ala senador Alexandre Costa.

- Apresentação do relatório da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória (MP) 641/14, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Na sala 6 da Ala senador Nilo Coelho, às 15h.

- IBGE apresenta Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil referente a abril.

Quinta-feira (5)

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara debate o projeto Energia para Todos e a falta de energia para irrigação, armazenagem de grãos e outras atividades rurais no Brasil. Foram convidados o diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico da Secretaria de Energia Elétrica, Marcos Franco Moreira; o diretor-geral da Aneel, Romeu Donizete Rufino; e o diretor-presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-RS), Gerson Carrion de Oliveira; entre outros.

- Banco Central divulga a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), quando o colegiado decidiu manter em 11% a taxa básica de juros.

- Propaganda partidária do PP, de dez minutos, em cadeia de rádio e TV.

- Funcionários do Metrô de São Paulo entram em greve por reajuste salarial.

- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga indicadores de custos industriais.

- Último dia para a Justiça Eleitoral disponibilizar aos partidos políticos, na respectiva circunscrição, a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação eleitoral.

- Sessão solene faz homenagem ao 149º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo - Data Magna da Marinha do Brasil, às 9h, no Plenário Ulysses Guimarães.

- Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara faz audiência pública para debater a proposta que revoga a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. Foram convidados o secretário de Políticas de Previdência Social, Benedito Adalberto Brunca; e a presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Margarida Lopes de Araújo; entre outros. No plenário 7 da Casa, às 9h30.

- Comissão de Finanças e Tributação da Câmara realiza audiência pública para debater a regulamentação e adequação da Lei 12.741/12, que trata da obrigatoriedade da discriminação dos tributos na nota fiscal de venda de produtos e serviços ao consumidor. Entre os convidados estão o ministro-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Guilherme Afif Domingos; o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; e o secretário da Receita Federal do Brasil, Carlos Alberto Freitas Barreto. No plenário 4 da Casa, às 10h.

Sexta-feira (6)

- Datafolha conclui pesquisa de intenção de votos para presidente da República e resultados podem ser divulgados a partir desta sexta-feira.

- Comissão de Viação e Transportes da Câmara promove, em Mato Grosso, Mesa-redonda para debater o cronograma das obras de concessão da BR-163. Foram convidados o ministro dos Transportes, César Borges; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Jorge Luiz Macedo Bastos; e o diretor da concessionária Odebrecht, Paulo Meira Lins.

- Força Sindical promove, em São Paulo, manifestação em que espera reunir 50 mil sindicalistas.

- Sessão solene, às 15h, no Plenário Ulysses Guimarães, faz homenagem ao Dia do Taquígrafo.

- IBGE divulga Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor referente a maio.

- IBGE divulga Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil referente a maio.

- IBGE divulga Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Regional referente a abril.

Portal da CUT

CUT e sindicatos articulam estratégia contra ação civil favorável à terceirização

02/06/2014

Mobilização, parcerias, contatos e audiência pública são definidos para impedir decisão favorável sobre a prática empresarial no STF

Escrito por: Rogério Hilário/CUT-MG

Depois das mobilizações, atos e vigílias que impediram a entrada do projeto de lei 4.330/2007 na pauta do Congresso Nacional, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) volta a se articular juntamente com sua base, as demais centrais e movimentos sociais contra mais um ataque do empresariado e do capital contra os direitos da classe trabalhadora. Uma ação civil pública que retira a inconstitucionalidade da terceirização de atividades fim e outros setores pode ser julgada ainda em junho, durante a Copa do Mundo no Brasil, pelo Supremo Tribunal Federal. A atual legislação tem como base a Súmula 331, única norma que regula a terceirização, já que não existe marco regulatório para a prática empresarial.

Em reunião realizada na tarde de quinta-feira (29), no auditório da sede da CUT-MG, na região central de Belo Horizonte, o advogado da Central, Luciano Pereira, e o secretário-geral e coordenador-geral do Sindieletro/MG, Jairo Nogueira Filho, coordenaram o debate sobre mais uma ameaça aos direitos da classe trabalhadora e, juntamente com dirigentes de sindicatos da base CUTista e outras entidades sindicais, definiram uma estratégia para tentar impedir que os cinco ministros do STF, indicados para o julgamento, sejam favoráveis à ação do empresariado. Na próxima quinta-feira (5), às 9 horas, será realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) com a pauta terceirização e julgamento.

De acordo com Luciano Pereira, o recurso dos patrões tem por trás um grande debate político, o inconformismo dos empresários com as limitações da terceirização. "Tenho a impressão que os ministros precisam saber mais sobre as consequências da ação contra os trabalhadores. Se o STF for favorável, corre-se o risco de todas as decisões da Justiça sobre terceirização irem bater às portas do Supremo. Precisamos de ações do mesmo porte das que derrubaram o PL 4.330/2007."

Segundo o advogado da CUT-MG, a Central acionou seu Departamento Jurídico e estabeleceu parcerias com Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho e Procuradoria-Geral da República e busca contatos com os ministros do STF, para tentar convencê-los a não colocar a ação civil pública em pauta de forma apressada. Outra estratégia é construir um plano de luta das centrais sindicais, como aconteceu contra o PL 4.330/2007 "O objetivo é impedir que este debate se dê de forma ocultada, sem a participação da classe trabalhadora e da população, que serão afetadas direta e indiretamente com a ampliação da terceirização. O Supremo vai decidir o destino de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Precisamos dar dimensão política ao assunto", disse Luciano Pereira.

Após intervenções de dirigentes sindicais, como o secretário de Comunicação da CUT-MG, Neemias Rodrigues; Enildo Calixto Louoback, do Sindicato dos Psicólogos; Marcelo Pereira, do Sindifes; Thiago Ribeiro de Oliveira, do Sinttel, foram definidas as ações imediatas dos sindicatos e entidades CUTistas em Minas Gerais. As mais urgentes são multiplicar o envio de cartas ao Supremo Tribunal Federal com informações sobre os efeitos da terceirização sobre os trabalhadores de cada categoria; a construção de dossiês concisos das categorias para serem apresentados aos ministros e sensibilizá-los com as mazelas da terceirização e a elaboração de um boletim, com linguagem bem acessível, para distribuir à população.

Para o secretário-geral da CUT-MG, Jairo Nogueira Filho, o importante para dar início às mobilizações contra a ação civil pública do empresariado pela terceirização é lotar a audiência pública do dia 5 de junho na ALMG. "Precisamos de uma grande mobilização para levar o máximo de pessoas à audiência e ampliar ainda mais o debate. Se possível, os sindicatos devem levar os dossiês e vamos passar a todas as entidades modelos de cartas a serem enviadas para os ministros do Supremo", afirmou. "Nossa preocupação é que, depois da vitória do movimento para barrar, no Congresso, o PL 4330, que permitia transferir até atividade fim, venha nova ofensiva para liberar a terceirização", concluiu Jairo Nogueira.

Portal da CTB

Aposentadoria por invalidez na pauta de votação na Câmara

O plenário da Câmara dos Deputados realiza nesta semana esforço concentrado para votação de várias proposições que se encontram prontas para apreciação.

Entre as matérias que serão analisadas, faz parte da pauta de votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 170/2012, que garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez.

No último dia 14, o relatório do deputado Marçal Filho (PMDB-MS) foi aprovado pela comissão especial da Câmara que analisa a proposta.

A matéria altera a redação do inciso I do § 1º do artigo 40, da Constituição Federal, para que todo servidor público receba seu salário integralmente no caso de ficar incapacitado para o trabalho e será analisada em dois turnos do plenário da Casa.

As entidades sindicais e associativas que representam os servidores públicos preparam uma permanente mobilização nesta semana para cobrar a votação e a aprovação da matéria pelos parlamentares.

Sessões durante a Copa

Este é o primeiro esforço concentrado para o período de realização dos jogos da Copa do Mundo. Entre 12 de junho e 13 julho o Congresso Nacional trabalhará em calendário especial de deliberações, quando o plenário das duas Casas - Câmara e Senado -, poderão deliberar proposições de segunda a sexta-feira.

Os dias previstos para deliberação em esforço concentrado são:

Junho

Dias 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 24 e 25.

Julho

Dias 1, 2, 3, 8, 9, 10, 15, 16 e 17.

Além disso, cabe ressaltar que o Congresso Nacional estará em recesso parlamentar no período de 18 a 31 de julho.

De Brasília, Daiana Lima - Portal CTB

Portal da CUT

CPI da Petrobras pode favorecer multinacionais do petróleo

02/06/2014

Para petroleiros, oposição quer desgastar imagem da Petrobras e retomar entrega das reservas às empresas estrangeiras

Escrito por: Pedro Rafael Vilela – Brasil de Fato

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) teme que a CPI da Petrobrás no Congresso mude o sistema de exploração do pré-sal brasileiro. O alvo seria o regime de partilha, criado pela lei 12.351/10, que determina a Petrobras como operadora única de todos os blocos de óleo e participação mínima de 30% nos consórcios que ganham licitação das reservas.

Esse modelo regulatório ainda permite a participação de empresas estrangeiras, mas garante maior controle do Estado e uma arrecadação de recursos superior para os cofres públicos em relação ao modelo anterior, criado pela Lei do Petróleo, de 1995.

“Os setores privatistas não aceitam o modelo de partilha porque queriam a entrega total das reservas nas mãos das empresas privadas estrangeiras. Por isso, desmoralizar a Petrobras é desmoralizar o modelo de partilha, que prevê a estatal como operadora única”, afirma José Antonio de Moraes, presidente da FUP.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG), pré-candidato tucano à presidência da República e o principal porta-voz da oposição na CPI da Petrobrás já declarou publicamente que, se eleito, poderá rever o modelo de partilha. A declaração foi dada em reunião com empresários da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), em abril.

“Quero ouvir quem vive esse problema. Será que o modelo de concessões para determinadas áreas não é melhor do que esse que onera uma Petrobras já tão combatida?”, questionou Aécio. Para Moraes, da FUP, a disputa na CPI também tem um sentido puramente eleitoral devido a importância da Petrobras para o Brasil.

O conjunto do setor de petróleo e gás, segundo o sindicalista, representa 11% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas pelo país. “A Petrobrás tem sido a grande alavanca do desenvolvimento nacional, responsável pela maior volume de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), geração de empregos. Parar a Petrobrás é parar o Brasil, quem faz a disputa eleitoral sabe disso”, acrescenta.

Portal Mundo Sindical

Sindicato rejeita PLR de R\$ 15.384 da GM

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região rejeitou a proposta de R\$ 15.384 feita pela General Motors como Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Representantes da montadora estiveram reunidos na sexta-feira, 30, por cerca de sete horas para discutir valores. Com o impasse, existe a possibilidade de uma nova greve nos próximos dias.

Os membros da direção do sindicato reuniram-se entre si na sexta-feira à noite para discutir os próximos passos.

Na segunda-feira, 26, após oferta de R\$ 9,7 mil de PLR pela fabricante, os metalúrgicos fizeram greve de 24 horas durante o dia 27. O valor inicial pedido pelos trabalhadores era de R\$ 29 mil.

Fonte: Mario Curcio/Automotive Business - 02/06/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores da OI entram em greve em Mato Grosso

Cerca 1.000 funcionários da Telemont, empresa prestadora de serviços da telefônica OI em Mato Grosso, estão em greve desde esta quarta-feira (28). Hoje os trabalhadores realizaram uma passeata pelas ruas do Centro de Cuiabá até a OI, na rua Barão de Melgaço.

A greve resulta da falta de uma contraproposta da empresa em relação aos últimos pedidos dos trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores Telefônicos de Mato Grosso (Sinttel) tenta intermediar as negociações. A greve foi decidida na manhã desta quarta durante assembleia com a participação de mais de 200 trabalhadores.

Eles pedem piso salarial mínimo de R\$ 1.100,00. Para quem já recebe o valor, o reajuste solicitado é de 6%. Para os que assumem multifunção, o piso mínimo exigido é de R\$ 1.300,00. Também pedem reajuste no aluguel dos veículos utilizados no expediente de trabalho.

Manifestação

Nesta quinta-feira, às 10h, os trabalhadores em greve sairão em carreata. O ponto de partida é o Sinttel, localizado no bairro Goiabeiras, de onde seguirão para o bairro Coxipó.

Fonte: Sintel/MT - 02/06/2014

Portal Mundo Sindical

Mercedes negocia lay-off de até 1.400

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC garantiu que a Mercedes-Benz colocará em lay-off (suspensão temporária de contrato de trabalho) entre 1.000 e 1.400 da unidade de São Bernardo a partir do dia 1º de julho. A empresa confirmou que está em negociação sobre o assunto com a entidade.

A medida, requerida pelo sindicato, foi uma forma de defender os cerca de 700 funcionários de uma possível demissão em massa. Eles, que atuam na linha de caminhões, estão em licença remunerada.

A equipe do Diário apurou durante a semana que a Mercedes enviou telegramas para a casa dos licenciados pedindo o comparecimento no RH. "Na verdade, durante a semana, a empresa chamou quem estava de licença para obrigá-los a aderir ao PDV (Programa de Demissão Voluntária – que encerrou ontem, às 23h). Quem não aceitava, ela fazia pressão, e já comunicava o empregado que ele seria demitido na semana que vem", explicou o diretor de comunicação do sindicato, Valter Sanches. A informação do sindicalista vai de acordo com as denúncias que a equipe do Diário recebeu durante a semana.

Como providência, o sindicato conseguiu reunião com a montadora na manhã de ontem. "Todas (700) as cartas de demissões estavam prontas para segunda-feira", garantiu Sanches. Ele foi um dos representantes dos trabalhadores que participaram das negociações com a empresa para contornar a situação.

Após sugerir o mecanismo à Mercedes, em troca da não demissão dos 700 trabalhadores, a entidade levou a proposta, ontem, às 14h, para os licenciados, na sede do sindicato, e em uma espécie de assembleia, teve a adesão da estratégia pelos metalúrgicos.

Sanches observou que há uma contrapartida para a suspensão. "Caso o governo federal coloque em vigor o novo programa de proteção ao emprego, os trabalhadores entrariam nele mesmo com o início do lay-off." Esse modelo, similar ao que ocorre na Alemanha, sugerido pelos sindicatos ao Executivo federal, prevê que em tempos de crise, os trabalhadores são afastados das empresas, mas não desvinculados. Recebem salários, porém com boa parte subsidiada pelo governo.

O lay-off, no entanto, que terá início em julho, tem parte do salário do suspenso paga pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), no valor de R\$ 1.306,63, e o restante do salário líquido é de responsabilidade da montadora.

A Mercedes confirmou que está em negociação com a entidade representante dos trabalhadores "sobre a possibilidade de termos um lay-off". Destacou ainda que está concentrando os esforços "para manter os empregos" no Grande ABC, "por isso, as negociações estão em andamento".

A montadora não informou quantos trabalhadores aderiram ao PDV, que encerrou ontem. O último balanço apontava para 700 operários. Mas por causa da queda nas vendas do mercado nacional e os problemas para entrar na Argentina com seus produtos, a Mercedes já havia anunciado excedente de 2.000 empregados.

Fonte: Pedro Souza/Diário do Grande ABC - 02/06/2014

Portal Mundo Sindical

Químicos querem greve contra falta de garantias

Os trabalhadores da Rhodia Química, em Santo André, se preparam para entrar em greve. Segundo o Sindicato dos Químicos do Grande ABC, o motivo é o descontentamento com as negociações sobre o fechamento da empresa. A decisão dos 63 empregados diretos, com apoio dos 150 terceirizados que atuam na planta fabril andreense do grupo Solvay, ocorrerá em assembleia, comandada pela entidade, às 6h, na segunda-feira.

Em novembro, o grupo empresarial anunciou que as atividades do empreendimento seriam encerradas em um ano e meio. Isso porque as atividades químicas seriam concentradas em Itatiba, na região de Campinas, onde a companhia Erca Química foi adquirida.

A Rhodia prometeu, em novembro, que os funcionários da unidade de Santo André teriam a garantia de emprego na Erca, em Itatiba. Mas se não aceitassem, seriam desligados ou, em última hipótese, remanejados para outras unidades do grupo Solvay no Estado de São Paulo.

"Desde então, o sindicato vem negociando com a empresa a situação desses trabalhadores, mas até o momento não obteve as garantias reivindicadas", informou a entidade, por meio de nota.

PNEUS - O Sindicato dos Borracheiros de São Paulo e Região estendeu o prazo para segunda-feira, às 14h, para que a unidade de Santo André da fabricante de pneus Pirelli apresente nova proposta de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e reajuste salarial aos seus cerca de 3.000 trabalhadores.

A entidade tinha pedido R\$ 13 mil de benefício e correção salarial de 10%. A empresa ofereceu R\$ 10 mil de PLR e 6,5% de reajuste. Após votação na porta da empresa, na quinta-feira, os funcionários rejeitaram a proposta da companhia e foi estabelecido o estado de greve de 48 horas.

GM - O Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano ainda não chegou a um acordo com a General Motors em relação à PLR, informou a entidade.

A proposta da empresa, rejeitada pela categoria, era que se a fábrica atingir 80% do projetado de produção, qualidade e absenteísmo, a montadora pagaria para cada empregado R\$ 9.040, para 100%, R\$ 11,3 mil, e 120%, R\$ 13.560.

Fonte: Pedro Souza/Diário do Grande ABC - 02/06/2014

Portal Mundo Sindical

Reunião nesta segunda-feira deve definir fim de mobilização dos metalúrgicos em Itajaí

Uma reunião na segunda-feira (2) deve definir o fim da mobilização dos metalúrgicos que trabalham em duas empresas em Itajaí. O encontro vai reunir representantes dos trabalhadores e do sindicato patronal e vai tentar fazer com que as duas partes entrem em um acordo.

Na sexta-feira (30), os trabalhadores da classe fizeram uma manifestação em frente ao prédio da intersindical patronal, na rua Samuel Heusi, centro de Itajaí, e chegaram a invadir o prédio. Com o tumulto, a Polícia Militar foi chamada para acalmar a situação.

Depois da confusão, o presidente do sindicato patronal, Maurício Cesar Pereira, conversou com os grevistas e acertou um encontro com o presidente do sindicato da Construção Naval para tentar resolver a situação. Maurício conta que chegou a ser ameaçado pelos grevistas na sexta-feira. Os funcionários da intersindical chegaram a ser liberados do serviço mais cedo.

O presidente ressalta que o sindicato está aberto a negociações, mas que tudo deve ser feito sem o uso da força. Maurício também explica em nota divulgada para a imprensa que contesta acordos que beneficiem apenas um grupo, já que a greve é feita por cerca de mil metalúrgicos que trabalham em duas empresas. Para ele, uma negociação para reajuste salarial deve ser feita entre os sindicatos patronal e laboral, e não da forma como está sendo conduzida.

Durante a semana, os metalúrgicos fizeram manifestações em frente às empresas onde trabalham, que ficam em um complexo logístico na rua Reinaldo Schmithausen, no bairro Cordeiros, e também tentaram invadir um estaleiro no bairro Salseiros, onde a polícia também precisou ser chamada.

As paralisações aconteceram desde segunda-feira (26) e alguns trabalhadores chegaram a entrar em greve. Eles entregaram uma lista com 10 reivindicações para o sindicato patronal, entre elas a de reajuste salarial de 12%, enquanto o aumento oferecido é de 6%.

Fonte: Carla Superti/Vale - 02/06/2014

Federação Nacional dos Urbanitários

FNU, FNSA e Entidades entregaram ao Governo plataforma de saneamento dos trabalhadores

A FNU, FNSA, MAB e demais entidades populares entregaram ao Ministro das Cidades, Gilberto Magalhães, e ao coordenador de campanha da candidata Dilma, Alessandro Teixeira, a plataforma dos trabalhadores para o setor de saneamento, visando sua universalização e o fim das PPPs. Leia e compartilhe.

A proposta popular trata de 13 pontos:

1. Todos os entes da Federação deverão possuir fundos de universalização para o saneamento básico, onde deverão estar previstos os recursos destinados à função saneamento, sejam recursos próprios, sejam recursos transferidos de outros entes da Federação. A exceção são os recursos dos prestadores e reguladores, que continuam com eles, para preservar sua autonomia.

2. Os fundos de universalização do saneamento básico possuirão conselho gestor, com participação da sociedade civil de pelo menos 50%. O conselho gestor depende de cada ente, pode ser o Conselho das Cidades ou outro órgão de controle social.

3. Os recursos dos fundos de universalização do saneamento básico poderão ser aplicados em subsídios diretos para as famílias mais pobres. Isso permite que ocorram as ligações de água e, principalmente de esgoto, e que as tarifas sejam socialmente mais justas, inclusive permitindo investimentos para a universalização.

4. Os recursos dos fundos de universalização do saneamento básico poderão ser aplicados na recuperação dos prestadores públicos. Hoje aplica-se muito em obras, mas não se preocupa com a viabilidade econômica da operação dos serviços. Com isso, quem mais investe no atendimento aos mais pobres fica cada vez mais em pior situação financeira e econômica. Isso não pode continuar.

5. Os recursos dos fundos de universalização do saneamento básico poderão ser transferidos fundo-a-fundo. Isso desburocratiza o acesso a recursos federais, hoje concedidos apenas obra a obra. Ganha-se em agilidade e no atendimento mais rápido e eficiente para aqueles que não possuem acesso ao saneamento básico.

6. O acesso aos recursos dos fundos de universalização do saneamento básico será em função do déficit sanitário. Hoje para acessar os recursos os entes têm que demonstrar diversos requisitos estranhos ao saneamento, o que faz com que os recursos do Orçamento Geral da União

acabem sendo aplicados apenas nas áreas mais ricas do País. A proposta assegura que os recursos serão utilizados para atender quem é mais pobre e não tem saneamento.

7. A proposta assegura que o acesso aos recursos terão regras uniformes , evitando a situação atual em que cada Ministério institui a sua regra. Facilita-se o acesso aos recursos e se combate a corrupção e a aplicação irracional dos recursos. Além disso, se garante previsibilidade, incentivando-se o planejamento dos investimentos.

8. A proposta avança na construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU. O saneamento não é uma “ilha” e deve estar integrado às políticas ambientais, de uso e ocupação do solo urbano, de mobilidade urbana e, principalmente, de moradia.

9. A proposta prevê que todos tem direito ao saneamento, independentemente de sua situação fundiária, salvo aqueles em áreas de risco. Quem mora em favela ou em loteamento dito clandestino tem direito ao saneamento. O país não pode continuar a ignorar essas pessoas, sob pena de se continuar com elevado déficit sanitário, demonstrado principalmente pelos indicadores de mortalidade infantil.

10. A proposta combate o imprevisto e combate a falta de planejamento. Não se pode conviver com a insegurança nos serviços de saneamento por causa de uma estiagem ou seca. Tem que se fazer investimentos preventivos, inclusive para situações de contingência. A segurança sanitária deve ser reforçada.

11. Os fundos de universalização do saneamento básico reforçam o controle social, disseminando que a responsabilidade pelo saneamento é de todos nós. Reforçam-se os conselhos, as audiências públicas e os órgãos colegiados com participação da sociedade, evitando que se tornem meramente decorativos.

12. A proposta de fundos nacionais de saneamento básico entende o saneamento como um serviço, não apenas como uma obra. O combate às perdas, o aumento da eficiência, a instituição de uma regulação independente e técnica, a melhoria na gestão, a construção de informações e indicadores, o planejamento, o desenvolvimento técnico e científico no saneamento, a educação ambiental são estratégicos e serão apoiados.

13. A proposta reafirma o compromisso do Poder Público com o saneamento básico, entendendo-o como um direito social. Para que o direito do saneamento se torne efetivo no Brasil necessário que sejam aplicados recursos públicos. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico, isso é um desafio de 508 bilhões, sendo 292 bilhões recursos federais. Fundamental garantir que isso ocorra de forma racional e transparente.

Portal da CUT

CUT-SP realiza ato na quinta (5) contra a crise na água

02/06/2014

Movimentos sindical, social e estudantil vão às ruas denunciar falta de investimentos, com mobilização a partir das 9h, na Estação Pinheiros, zona oeste da capital

Escrito por: CUT-SP

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), seus sindicatos filiados, entidades dos movimentos social e estudantil e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) realizarão um grande ato no próximo dia 5 de junho (quinta-feira) para esclarecer a população sobre a grave crise no abastecimento de água e denunciar o descaso do governo estadual com a falta de investimentos no setor. A concentração será a partir das 9h, na Estação Pinheiros (Linha 4-Amarela), localizada na Rua do Sumidouro, próxima à Praça Vitor Civita, em Pinheiros, zona oeste da capital.

A mobilização foi deliberada por dirigentes sindicais e representantes dos movimentos sociais após o seminário “A Crise da Água em São Paulo”, ocorrido no último dia 13 de maio na Assembleia Legislativa de São Paulo, no qual os participantes foram unânimes em apontar o problema da seca como consequência da má gestão do governo estadual do PSDB e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

O 5 de junho também foi escolhido porque a data marca o Dia Mundial do Meio Ambiente, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que, em 2014, terá como enfoque a questão das mudanças climáticas.

A CUT São Paulo defende outro modelo de gestão estadual diante da irresponsabilidade do governo Geraldo Alckmin (PSDB) com os serviços públicos, não só em relação à água. A falta de investimentos em transporte público é outra área afetada, pois há tempos a classe trabalhadora sofre, cotidianamente, com os problemas de mobilidade urbana.

“Não é possível que a população pague a conta pela estiagem e o desabastecimento, principalmente diante da inércia e irresponsabilidade do governo estadual paulista que, por duas décadas, deixou de investir em obras e planos de contingência para aproveitamento dos recursos hídricos”, afirma Adi dos Santos Lima, presidente da CUT São Paulo.

Até o momento, a aposta do governo tucano se restringe à campanha educativa e desconto na conta daqueles que reduzirem o consumo. O racionamento continua sendo negado, mas a realidade é que diversos bairros da periferia paulistana sofrem com o revezamento no fornecimento de água.

Emprego em risco - Além dos transtornos à população, a crise da água, alerta o dirigente, pode afetar mais o emprego do que o apagão da energia ocorrido em 2001, pois a eletricidade podia ser fornecida por geradores, mas a água não tem substituto. "Quando a água é insumo da produção, o desabastecimento pode colocar o emprego em risco", afirma Adi.

Indústria e agricultura estão os setores alarmados. Há empresas que já têm a produção afetada e outras sinalizam o impacto financeiro negativo.

Água não é mercadoria - A Sabesp é uma empresa de economia mista que desde 2002 tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e se transformou numa corporação voltada ao lucro e não à gestão, planejamento e investimentos em saneamento básico. O governo estadual é acionista majoritário da companhia, com 50,3% das ações e, assim, é o maior beneficiado com os dividendos - os lucros chegam a R\$ 2 bilhões anuais.

A questão é que, até 2011, nenhum dividendo foi investido em saneamento. Os aportes só começaram em 2014 com o lançamento do programa Pró-Conexão, que subsidia as instalações internas das casas da população de baixa renda para ligação à rede de esgotos.

Entre outras entidades, o ato contará com a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Levante Popular da Juventude, União Nacional dos Estudantes, Marcha Mundial de Mulheres e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Portal Gestão Sindical

A agricultura familiar e os famintos de 2050

31/05/2014 por CartaCapital - Escrito por Rui Daher (*)

Gramadinho é uma comunidade do distrito de Diamante, em Cascavel, Paraná. Vivem lá cerca de 60 famílias de agricultores que produzem principalmente grãos - soja, milho, trigo, feijão - em áreas médias de 70 hectares.

Mesmo que tenhamos uma vitória do Brasil na Copa do Mundo, o maior orgulho esportivo continuará sendo a taça do Campeonato Municipal de Futebol, levantada em 2010.

Troféus e fotos do time vencedor estão expostos no galpão da Academia de Todas as Idades, onde fomos recebidos para "janta, chope e bate-papo agrícola". A ATI é um centro comunitário, construído pela prefeitura municipal em 2012, ao lado da escola e da igreja.

Se até aqui a cena se parece com agricultura familiar, que folhas, telas e empresários confederados (evito o termo ruralista, de que não gostam) insistem em mostrar como símbolo de atraso e pobreza, deem-me crédito os leitores: não é que parece, é agricultura familiar!

Da melhor, que se estabeleceu vizinha a um dos principais polos brasileiros de produção agrícola, o oeste do Paraná, lá herdaram, adquiriram ou arrendaram terras, puseram a família no cultivo, absorveram tecnologias divulgadas pelas cooperativas da região e, financiados pelo governo, colheram seus futuros.

Há muitas Gramadinhos por aí fora, na Federação de Corporações. Como também há assentamentos, aqui já comentados, caminhando, cantando e seguindo a canção triste e repleta de tropeços em modelos já falidos.

A agricultura familiar que constatei em Gramadinho, na levada de costelas e mandiocas macias, discute manejos agrícolas, tem sede de chope e inovações tecnológicas, usa produtos de baixos custo e impacto ambiental para recondicionar o motor-solo com matérias orgânicas, procuram reduzir os altíssimos gastos com agroquímicos.

Essa agricultura familiar, conforme a madrugada avançava e fazia a temperatura beirar os dois graus, sempre compensada (?) pelo chope a menos quatro graus, solenemente, anunciava futura adesão à agricultura de precisão.

Louvável presente, este. Tão ignorado, mas quando conhecido faz duvidarmos de um futuro sempre pintado cinzento.

Na eternidade do que pode vir a ser um voo Cascavel-Curitiba-São Paulo, na livraria do aeroporto, dou de cara com a edição de maio da revista National Geographic, que anuncia "O Futuro da Comida". Na capa, uma representação gráfica do planeta em forma de maçã promete "os cinco passos para alimentar o mundo".

Pensei: espero que não me venham com a conversa dos tais 9 bilhões de infelizes famintos de 2050, dentre os quais, felizmente, não estarei. Corri o risco e comprei a revista. Não deu outra.

Cinco passos para não nos tornarmos adictos do fim do mundo: 1) Impedir o desmatamento; 2) Aumentar a produtividade das plantações existentes; 3) Usar os recursos de forma mais eficiente; 4) Mudar a dieta; 5) Diminuir o desperdício.

Trecho conclusivo me impressionou. Passo a emoção aos leitores: "Temos de achar uma forma de conciliar a necessidade de produzir mais alimentos com a preservação do planeta para as gerações futuras".

Ah vá. Mesmo? Para tanto, a matéria dá as deixas:

- 1) Aumentar a produtividade, pois não temos mais condições de ampliar a área de cultivo;
- 2) Aplicar fertilizantes e pesticidas de forma mais precisa graças a tratores dotados de equipamentos computadorizados;
- 3) Diminuir a produção agrícola destinada aos biocombustíveis, produtos industriais e nutrição animal, reservando-a para a nutrição humana;
- 4) Servir porções menores, reaproveitar as sobras e incentivar lanchonetes, restaurantes e supermercados a tomar medidas contra o desperdício.

Ora bolas, não apenas nas últimas décadas o aumento da produção tem sido obtido com taxas de produtividade superiores às de expansão de área, bem como ainda existem áreas agricultáveis em várias regiões do planeta, que permitiriam zonas rurais mais prósperas. O que se pensa estar acontecendo nos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia?

Racionalização dos manejos através de mecanização e inovação tecnológica? Até em Gramadinho se começa a usar. Acabar com bois, porcos e frangos agradaria adeptos do veganismo; reduzir o uso de biocombustíveis viria a calhar para o cartel petrolífero; a falta de certos produtos industriais lotaria os salões dos Alcoólicos Anônimos.

Quanto à necessidade de eliminar o desperdício temos aí uma obviedade, mas não diminuindo porções em restaurantes e lanchonetes, um X-Utopia dos mais gordos, e sim com melhor distribuição. Do contrário, faríamos apenas a população mais esbelta sem recorrer às caríssimas cirurgias bariátricas ou torturantes dietas.

Acredito, pois, que uma conversinha entre os editores da National Geographic e o pessoal de Gramadinho prepararia boa cama para os felizes 9 bilhões de 2050. Fora isso, vive-se a dizer que o sistema capitalista é o melhor modo de produção até hoje experimentado. Arrumem coisa melhor. Pedir proteção divina também pode ajudar.

(*) Rui Daher é colunista de CartaCapital

Organizado por Ernesto Germano